



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 10183.006200/2005-41
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° 2201-003.858 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 10 de agosto de 2017
Matéria Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Recorrente JOSE JAIR MARTINS DA COSTA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Data do fato gerador: 01/01/2000

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA. REQUISITOS PARA NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA. ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF Nº 41.

Somente a partir do exercício 2001, para fins de redução do valor devido de ITR, se torna indispensável a comprovação do protocolo do Ato Declaratório Ambiental protocolado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis .IBAMA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. COMPROVAÇÃO DE ÁREAS E VALORES DECLARADOS. NECESSIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE.

Cabe ao Fisco, ao revisar as declarações prestadas pelo sujeito passivo, verificar os dados delas constantes. Havendo necessidade, o contribuinte deve ser intimado a comprovar as informações prestados, e em não o fazendo, cabe ao Fisco glosar os dados não comprovados, invertendo o ônus da prova.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade votos, em rejeitar as preliminares arguídas e, no mérito, em dar provimento parcial ao recurso voluntário para determinar a exclusão da área tributável das áreas de reserva legal e de utilização limitada, no total de 16.581,0 ha.

(assinado digitalmente)

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA - Presidente e Relator.

EDITADO EM: 22/08/2017

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Henrique de Oliveira, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Dione Jesabel Wasilewski, José Alfredo Duarte Filho, Marcelo Milton da Silva Risso, Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Daniel Melo Mendes Bezerra e Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra a decisão de primeiro grau que manteve o crédito tributário constituído por meio de auto de infração (folhas 10 do processo digitalizado), referente ao imposto territorial rural suplementar lançado de ofício. .

Os motivos ensejadores do lançamento tributário se encontram no Relatório Fiscal (fls 14). Foi constituído um crédito tributário de R\$ 784.022,60 referente ao imposto (R\$ 296.036,33). juros de mora (R\$ 265.959,03), e multa de ofício (R\$ 222.027,24), atualizados até dezembro de 2005.

O crédito constituído refere-se ao fato gerador ocorrido em 01/01/2000 e se aperfeiçoou com a ciência pessoal do contribuinte em 15 de dezembro de 2005 (AR fls. 44).

Irresignado, o contribuinte apresenta, tempestivamente, impugnação ao lançamento (fls. 52), em 13 de janeiro de 2006. A 1ª Turma da DRJ em Campo Grande/MS, em 27 de janeiro de 2007, nega procedência à impugnação apresentada, proferindo a decisão consubstanciada no Acórdão de Impugnação 04-11.325 (fls 193). Tal decisão restou assim ementada:

"ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL

É necessário que o contribuinte protocolize o ADA no Ibama ou em órgãos ambientais estaduais delegados por meio de convênio, no prazo de até 6 meses, contado a partir do término do prazo fixado para a entrega da declaração, para que as áreas de Preservação Permanente e de Utilização Limitada possam ser excluídas da incidência do ITR.

VALOR DA TERRA NUA

O valor da terra nua, apurado pela fiscalização, em procedimento de ofício nos termos do art. 14 da Lei nº 9393/96, não é passível de alteração, quando o contribuinte não apresentar elementos de convicção que justifiquem reconhecer valor menor.

ÁREA DE EXPLORAÇÃO EXTRATIVA

A área utilizada com exploração extrativa é comprovada com plano de manejo sustentado devidamente aprovado pelo Ibama desde que o cronograma esteja sendo cumprido.

Lançamento Procedente"

O acórdão cuja ementa reproduzimos, tem o seguinte relatório, que adoto por sua clareza e precisão (fls 89):

De acordo com a Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal de fls. 06/07, foi glosada a área de utilização limitada informada na Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial - DITR (DIAC/DIAT), em virtude do não cumprimento dos requisitos estabelecidos na lei para sua exclusão da incidência do imposto..

3.As alterações no cálculo do imposto estão demonstradas à fl. 02. As glosas efetuadas culminaram com a redução do grau de utilização de 100,0% para 16,9%, com a conseqüente alteração da alíquota aplicável do imposto, de 0,45% para 20,00%, conforme a tabela mencionada no art. 11 da Lei nº 9.393/96. Conseqüentemente, a área tributável aumentou de 3.396,0 ha para 15.981,0 ha. Sendo o Valor da Terra Nua declarado substituído pelo Valor da Terra Nua constante do SIPT.

4.O interessado apresentou impugnação tempestivamente, fls. 25/39, onde aduz, que:

Recebeu o Auto de Infração pelo correio, onde consta intimação para efetuar o pagamento do ITR, mais juros e multa de mora no total de R\$ 784.022,60;

Na Descrição dos Fatos constou apuração de infração intitulada falta de recolhimento do ITR, relativas às áreas declaradas de Preservação Permanente e Utilização Limitada/reserva legal e do valor da Terra Nua;

Não foi apresentado Laudo elaborado por profissional habilitado bem como o ADA para comprovar a área de preservação permanente existente no imóvel;

Não ficou comprovada também a área de utilização limitada mediante averbação na matrícula do imóvel, conforme determina a lei;

Com respeito ao valor da terra nua declarado não foi apresentado o Laudo de Avaliação de Imóveis Rurais, conforme o art. 14, § 1º da Lei 9393/96, razão pela qual o VTN declarado foi substituído pelo Valor da Terra Nua constante do SIPT;

A exigência do ADA é uma formalidade dispensável pela legislação fiscal em vigor, havendo outras provas que podem ser aceitas pela administração, como por exemplo, averbação na matrícula do imóvel;

Transcreveu o § 7º, do art. 10 da Lei 9.393/1996, com redação dada pela Medida Provisória 2.166-67, de 24/08/2001 para justificar a não obrigatoriedade de prévia comprovação das áreas isentas;

Citou, ainda, várias ementas de Acórdãos do Conselho de Contribuintes;

Discorda do VTN apurado no lançamento porque ficou acima do preço de mercado;

Possui área de exploração extrativa autorizada pelo Ibama;

Por fim, requer seja desconsiderada a retificação de ofício da DITR/2001 e, conseqüentemente do lançamento.

Instruiu os autos, com a documentação de fls. 40/61, constando entre outros documentos, cópias das matrículas do imóvel e escrituras públicas."

Ciente da decisão que contrariou seus interesses, em 09 de março de 2007 (AR fls. 233), o Contribuinte apresenta recurso voluntário em 09 de abril seguinte (fls. 228), do qual constam, em regra, os mesmos argumentos.

Em 21 de maio de 2009, apreciando o apelo interposto, a 1ª Turma da 2ª Câmara da 3ª Seção deste Colegiado, resolve converter o julgamento em diligência para que (fls. 295):

Assim, norteadada pelo princípio da verdade material, voto no sentido de que seja **CONVERTIDO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA**, devendo os autos retornarem à origem, para que a autoridade preparadora esclareça se as matrículas nº. 34.544 e 34.545 do Cartório do Sexto Ofício do Registro de Imóveis da Terceira Circunscrição Imobiliária e Cuiabá/MT dizem respeito ao mesmo imóvel objeto da autuação, denominado "Fazenda Vale do Guariba". Após, seja oportunizado vista dos autos ao contribuinte para, querendo, manifestar-se. Por fim, cumprida a diligência requerida, retornem os autos para julgamento.

Por meio de informação fiscal (fls. 365) a SECAT/DRF em Campo Grande/MT, em 20/06/2016, responde, fundamentadamente, ao questionamento formulado. Reproduzo a conclusão:

"Portanto, não restam dúvidas de que, de fato, o imóvel denominado Fazenda Vale do Guariba, cadastrado na RFB sob o NIRF 0.731.171-5 e no INCRA sob o nº 901.016.023.647-5, com 19.977,0 hectares, tem como registro imobiliários as matrículas nº 34.544 e 34.545, ambas do RGI do 6º Ofício de Cuiabá/MT."

(destaquei)

Por sorteio eletrônico, o presente processo foi para mim distribuído, em razão do Relator originário não mais pertencer ao colegiado.

É o relatório do necessário.

Voto

Conselheiro Carlos Henrique de Oliveira, Relator.

O recurso voluntário é tempestivo. Passo a apreciá-lo.

Antes, porém, necessário apontar que, em face da inequívoca resposta dada à diligência determinada, consoante o relatado, torna-se despropositado qualquer comentário a respeito do tema.

Voltando ao apelo, argumenta o Recorrente, às folhas 230, que:

"O autuante cometeu uma série do que prefere o impetrante chamar de equívocos por descuido, que embora culminassem ilegitimidade e ilegalidade, classifica-os o impetrante de meros erros que são sujeitos à falibilidade humana, resultaram no julgamento parcial e discricionário. Basta que os senhores Membros do Conselho de Contribuintes examinem as peças da informação fiscal, os documentos apresentados na impugnação e o julgamento de modo cristalino, os erros cometidos, as más interpretações das leis e as razões do impetrante.

Que referente à Área de Preservação Permanente não houve apresentação do Laudo elaborado por Engenheiro ou Florestal, informando às áreas que se enquadram no art. 2º da Lei 4771/65 (redação dada pelo art. 1º da Lei 7803/89), conforme art. 10, § 1º, inciso II, letra 'a' da Lei 9393/96, sendo desconsiderado o valor declarado, como também a não comprovação da solicitação de emissão do Ato Declaratório Ambiental junto ao IBAMA, conforme Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº. 10.165, de 27 de dezembro de 2000, em data anterior a 31 de março de 2001, conforme art. 17, inciso II da Instrução Normativa SRF nº. 60/2001 (no 73/2000) (10, § 4º, inciso II da Instrução Normativa SRF nº. 41 com a redação dada pela Instrução Normativa SRF nº. 67/1997), sendo desconsiderado o valor declarado.

Em relação à área de utilização limitada não foi apresentada a documentação probatória da reserva em cartório de registro de imóveis, à margem da matrícula do imóvel, conforme art. 10, § 1º, inciso II, letra 'a' da Lei 9393/96, e art. 16, § 2º da Lei 4771/65 (redação dada pelo art. 1º da Lei 7803/89), em data anterior à do fato gerador do ITR, conforme art. 12, § 1º do Decreto 4.382/02, sendo desconsiderado o valor declarado e também a não comprovação da solicitação de emissão do Ato Declaratório Ambiental junto ao IBAMA, conforme Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 17-0, § 5º, com a redação dada pelo art. 1º da Lei 10165, de 27 de dezembro de 2000, em data anterior a 31 de março de 2001, conforme art. 17, inciso II da Instrução Normativa SRF nº. 60/2001 (nº. 73/2000) (10, § 4º, inciso II da Instrução Normativa SRF nº. 43/1997, com redação dada pela Instrução Normativa SRF nº. 67/1997), sendo desconsiderado o valor declarado.

O que se nota é que a glosa das áreas de 600,0 hectares declarada como área de preservação permanente e a de 15.981,0 hectares como área de utilização limitada, ocorreu tão somente em razão da falta de apresentação do ADA, que segundo o auditor autuante, seria uma das exigências para que o benefício da isenção fosse aceito, conforme legislação fiscal exposta nos autos.

Trata-se, portanto, de formalidade dispensável pela própria legislação fiscal em vigor, pois existem outras provas que podem ser aceitas pela Administração, das quais, averbação da área à margem da matrícula do imóvel na data da ocorrência do fato gerador, requisito este, que no caso em questão, foi devidamente cumprido, conforme demonstra as matrículas 34.544 e 34.545 do Cartório de Registro de Imóveis da Terceira Circunscrição Imobiliária de Cuiabá - Mato Grosso.

Com efeito, o art. 8º da Lei 9.960, de 28/01/2000, que introduziu nova redação à Lei 6.938, de 31/08/1981, dispõe que a utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é opcional, e se após vistoria, for constada divergência, será lavrado novo ADA e os dados efetivamente levantados serão enviados à Secretaria da Receita Federal para providências, "in verbis":

(...)"

Após, discorre sobre a legislação aplicável e menciona jurisprudência do STJ e deste próprio Conselho Administrativo sobre a desnecessidade de apresentação do ADA.

A decisão recorrida assim se pronunciou sobre o tema (fls. 209):

"Com base nos dispositivos expostos, fica claro que, para fins de exclusão da área de utilização limitada, da incidência do ITR, é obrigatória a protocolização do ADA, junto ao IBAMA, ou órgão conveniado, no prazo para isso fixado. Saliente-se que, embora o Regulamento tenha sido editado no ano de 2002, apenas consolidou a legislação vigente à época de sua edição, normatizando alguns de seus pontos, sem inovar na exigência, sendo, na matéria em apreço, aplicável para o lançamento do ITR do exercício considerado. Da mesma forma, a Solução de Consulta, datada de 2003, é igualmente aplicável.

Assim, na sistemática de lançamento por homologação, cabe ao sujeito passivo apurar o imposto e proceder ao seu pagamento, sem prévio exame da autoridade fiscal. Até que decorra o prazo decadencial, pode essa autoridade examinar as informações que embasaram o lançamento. Ocorrendo tal situação, o contribuinte deverá comprovar o que foi declarado, com documentos. Inclusive, há orientação na página 12 do Manual de Preenchimento da DITR/2001 - o contribuinte deverá guardar em seu poder, por cinco anos, os documentos que comprovem as especificações, qualidades e condições atribuídas às áreas indicadas na declaração, tais como laudo técnico expedido por profissional habilitado, certidões fornecidas por órgãos públicos competentes ou por Cartório de Registro de Imóveis e atos do Poder Público.

(...)

No presente processo o contribuinte foi intimado a apresentar os documentos exigidos para gozo da isenção relativa à área de interesse ambiental de utilização limitada, área utilizada com atividade extrativa e valor da terra nua. Porém, não houve atendimento à intimação fiscal, os valores referentes a esses

itens foram desconsiderados e o valor da terra nua declarado substituído pelo constante no SIPT.

Na fase impugnatória, o contribuinte juntou cópia da matrícula do imóvel de nº 34.544 e 34545, onde consta a averbação de 15.981,6 hectares como de utilização limitada. Porém não foi apresentado Ato Declaratório Ambiental (ADA) do Ibama, ou de outro órgão conveniado. Documento este exigido para efeito de exclusão do ITR (Portaria Ibama nº 162, de 1997).

(destaques não constam da decisão de piso)

Do exposto, verifico que a controvérsia se instaura - no tocante à área averbada na matrícula do imóvel como sendo de utilização limitada - Manutenção de Floresta Limitada - quanto à necessidade de apresentação do ADA perante a autoridade ambiental competente, IBAMA ou, por força de convênio, órgão estadual de controle ambiental.

Segundo a decisão de piso, por força de vários atos integrantes da legislação tributária, tal apresentação é imprescindível para a fruição do benefício fiscal, ou seja, a não incidência do ITR sobre a área constante da matrícula do imóvel.

Recordemos a Lei nº 9393/96, na redação vigente à época dos fatos geradores:

"Art. 10. A apuração e o pagamento do ITR serão efetuados pelo contribuinte, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se a homologação posterior.

§ 1º Para os efeitos de apuração do ITR, considerar-se-á:

I - VTN, o valor do imóvel, excluídos os valores relativos a:

- a) construções, instalações e benfeitorias;*
- b) culturas permanentes e temporárias;*
- c) pastagens cultivadas e melhoradas;*
- d) florestas plantadas;*

II - área tributável, a área total do imóvel, menos as áreas:

- a) de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989;*

(...)"

(destaques não constam do texto legal)

Vejam a redação da Lei nº 4.771/65, no ponto que nos interessa:

"Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação

permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

(...)

§ 2º A reserva legal, assim entendida a área de , no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada, a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área."

(destaques não constam do texto legal)

Observo a ausência de determinação legal, no texto reproduzido e vigente à época dos fatos, sobre a necessidade do ADA.

Não desconheço que a previsão legal sobre a exigência de tal informação para o órgão de controle ambiental, hoje se encontra previsto em lei (Lei nº 6.938/81, com a redação da Lei 10.165/00), lei ambiental se diga, mas de forma expressa como condição para a fruição do favor tributário.

"Art. 17-O. Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao IBAMA a importância prevista no item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria. (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º-A. A Taxa de Vistoria a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto proporcionada pelo ADA. (Incluído pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória."

(novamente destaquei)

Porém, é inegável que tal exigência só passa a existir a partir de 2001, posto que a publicação da lei se dá nos últimos dias de dezembro de 2000.

Trata-se de imposto cujo fato gerador se dá em 01 de janeiro de 2000.

Não há como se exigir a novidade imposta pela Lei nº 6.938/81, com a novel redação dada pela Lei nº 10.165/00, antes de sua publicação.

Não se pode olvidar que a antiga redação da Lei nº 6.938/81, dada pela Lei nº 9.960/00, expressamente dizia ser a utilização do ADA para efeitos de redução de valor a pagar de ITR era opcional.

No sentido de entendimento se pacificou a jurisprudência desta Corte Administrativa. Vejamos a disposição da Súmula 41:

Súmula CARF nº 41: A não apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA) emitido pelo IBAMA, ou órgão conveniado, não pode motivar o lançamento de ofício relativo a fatos geradores ocorridos até o exercício de 2000.

Do exposto, voto por dar provimento ao recurso nessa parte.

Prosseguindo com sua oposição ao lançamento e por via de consequência à decisão de piso, alega o recorrente (fls. 246):

"No que diz respeito à valoração da Terra Nua não foi apresentado Laudo de Avaliação de Imóveis Rurais, conforme NBR 8799 da ABNT, sendo, conforme art. 14, § 1º da Lei 9393/96, substituído o Valor da Terra Nua por Hectare Declarado pelo Valor da Terra Nua por Hectare constante no SIPT (Sistema de Preços de Terras da Secretaria da Receita Federal). O impetrante por não concordar com a alteração e inconformado com o valor, apresenta as escrituras anexas visando à comprovação do preço de mercado de terras.

O impetrante no preenchimento da declaração do Imposto Territorial Rural - ITR obedeceu exatamente às exigências legais, contidas na Lei n.º. 9.393/1996, art. 8º, § 2º, que assim dispõe:

"Art. 8º: O contribuinte do ITR entregará, obrigatoriamente, em cada ano, o Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, correspondente a cada imóvel, observadas datas e condições fixadas pela Secretaria da Receita Federal.

Par. 2º: O VTN refletirá o preço de mercado de terras, apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir o DIAT, e será considerado auto-avaliação da terra nua a preço de mercado."

Diante dos fatos, o impetrante discorda do VTN apurado pelo Auditor Fiscal, uma vez que este ficou muito acima do preço de mercado, tanto é que anexou as escrituras à impugnação visando a comprovação do preço de mercado das terras"

No tocante ao ponto, assim se pronunciou o voto condutor da decisão recorrida (fls. 211):

"O procedimento utilizado pela fiscalização para apuração do Valor da Terra Nua, VTN, com base nos valores constantes em sistema da Secretaria da Receita Federal, encontra amparo no art. 14 da Lei n.º 9.393/1996, já mencionado. O valor do SIPT só é utilizado quando após intimado, o contribuinte não apresenta elementos suficientes para comprovar o valor por ele declarado, da mesma forma que tal valor fica sujeito à revisão quando o contribuinte não comprovar que seu imóvel possui características que o distingam dos demais imóveis do mesmo município. Não há como modificar o VTN porque, apesar de intimado, o interessado não apresentou Laudo Técnico, não usou desta prerrogativa legal que lhe permitiria reduzir o VTN atribuído a sua propriedade. Apresentou cópia de escrituras públicas às fls. 49/62, porém, tais documentos por si só, não são suficientes para alterar considerado no lançamento de ofício, pois não possuem elementos de convicção que justifiquem reconhecer valor menor.

Cabe salientar que o VTN considerado no lançamento pode ser revisto pela autoridade administrativa com base em laudo técnico elaborado por Engenheiro Civil, Florestal ou Agrônomo, acompanhado de cópia de Anotação de Responsabilidade Técnica -

ART, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia -CREA, e que demonstre o atendimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, através da explicitação dos métodos avaliatórios e fontes pesquisadas que levaram à convicção do valor atribuído ao imóvel e dos bens nele incorporados. A título de referência, para justificar as avaliações, poderão ser apresentados anúncios em jornais, revistas, folhetos de publicação geral, que tenham divulgado is, os levantamentos de valores efetuados pela prefeitura são para base de cálculo de tributo diverso ao do ITR.

Acertada a decisão de piso. Como bem mencionado, a comprovação do valor de mercado da terra nua - com preceitua a legislação mencionada pelo recorrente em seu apelo - é ônus do sujeito passivo, posto que a declaração relativa ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é ato unilateral por ele praticado.

Assim, a comprovação das informações inseridas na declaração do ITR é ônus do Recorrente, não cabendo à Administração Tributária tal encargo. A requisição de informações efetuada pela Autoridade Fiscal, não atendida, realmente inverte o ônus da prova.

Recordemos, a lógica presente na ação fiscal. O Fisco, buscando verificar a correção das declarações prestadas pelo sujeito passivo, intima o contribuinte a comprovar as informações relativas ao cálculo do imposto sobre a propriedade rural. A ausência da comprovação, segundo a legislação tributária, enseja o lançamento. No processo administrativo fiscal instaurado pela impugnação, o Contribuinte deve comprovar suas alegações. Observa-se no presente caso, que o Recorrente não o fez no procedimento inquisitório fiscalizatório e tampouco apresentou as provas no processo administrativo tributário instaurado com a impugnação ao lançamento.

Recurso voluntário negado nesta parte.

Nada mais constando do apelo, passo à conclusão do voto.

Conclusão

Diante de todo o exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso para determinar a exclusão da área tributável das áreas de reserva legal e de utilização limitada, no total de 16.581,0 ha.

(assinado digitalmente)

Carlos Henrique de Oliveira, Relator

Processo nº 10183.006200/2005-41
Acórdão n.º **2201-003.858**

S2-C2T1
Fl. 374
